

continuação	Controladora					
	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor Justo através do Notas	Mensurados pelo Custo resultando Amortizado	Valor Justo através do Saldos	Mensurados pelo Custo resultando Amortizado	Saldos	
Passivo Circulante						
Empréstimos e financiamentos	11	262	262	-	106	106
Passivos de arrendamento	14	4.865	4.865	-	4.562	4.562
Fornecedores Terceiros		92.545	92.545	-	38.498	38.498
Fornecedores Partes relacionadas	17	316.036	316.036	-	339.770	310.770
Total		419.722	419.722		584.836	553.936
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	11	129.394	129.394	-	220	220
Passivos de arrendamento	14	21.755	21.755	-	21.439	21.439
Total		151.149	151.149		241.459	242.179
Total Passivo		564.871	564.871		826.295	796.115

• Mensuração do valor justo: O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Nível 1	Nível 1	Nível 1	Nível 1
Ativo Circulante				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Titulos para negociação	660	294	1.111	96
Total Ativo	660	294	1.111	96

Nível 1 - Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados. Não há ativos ou passivos classificados nos níveis 2 e 3. 12.a) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados na nota 12. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	38.664	130.467	9	-	169.140
Passivos de arrendamento (nota 14)	5.299	7.698	6.241	7.816	27.054
Fornecedores terceiros	80.117	-	-	-	80.117
Fornecedores partes relacionadas	318.589	-	-	-	318.589
Total	442.669	138.165	6.250	7.816	594.900

Prática Contábil: Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros. No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha tido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando o direito de entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para liquidar o contrato for liquidado, cancelado ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

14. Passivos de Arrendamento:	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos com partes relacionadas (nota 17)	121.341	121.341	-	122.290
Adiantamento de Clientes	3.346	2.135	-	3.346
Trabalhadores	892	790	-	769
Participação sobre lucro-empregados	6.325	3.748	-	6.325
Provisão para consumo e serviços	3.894	2.032	-	3.894
Provisão reestruturação industrial	98	6.118	-	98
Passivos de Arrendamento (nota 14)	5.299	4.562	21.439	4.865
Outras obrigações	2.426	870	7.983	1.369
Total	143.821	141.596	29.328	142.956

Os passivos de arrendamento são apresentados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos	47.707	46.997	47.272	46.997
AVP - Arrendamentos	(20.652)	(20.995)	(20.652)	(20.995)
Total	27.054	26.001	26.620	26.001

A Companhia adotou o IFRS 16/CP6 (TR2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção IFRS 16/CP6 (R2), a Companhia altera a política contábil para os contratos de arrendamento. A Companhia possui contratos de arrendamento de áreas operacionais com prazos de até 12 anos. O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa incremental de empréstimos - IBR, em termos nominais, uma vez que os contratos não dispunham de taxa implícita. A taxa incremental de empréstimos - IBR foi adquirida por meio de consulta a bancos de relacionamentos da Companhia de acordo com o prazo médio dos contratos, conforme orientações do Ofício-Circular/CVM/NSC/SEP nº 02/2019. A movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial líquido	26.001	23.717	26.001	23.717
Novos arrendamentos	-	151	-	151
Revisão de arrendamentos	-	(16)	-	(16)
AVP Novos arrendamentos	2.766	4.079	2.766	4.079
Aquisição Metalgráfica	720	(5.388)	(4.670)	(5.098)
Pagamento	(5.388)	(4.670)	(4.670)	(4.670)
• Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo	2.956	2.740	2.953	2.740
Juros apropriados	27.054	26.001	26.620	26.001
Saldo final líquido	27.054	26.001	26.620	26.001

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos	5.577	5.114	5.114	5.114
AVP - arrendamentos	(278)	(6.033)	(14.342)	(20.654)
Total	5.299	13.939	7.816	27.053

• **PIS e COFINS a recuperar:** Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contrafestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direto potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos	45.076	43.966	45.076	43.966
AVP - Arrendamentos	(20.436)	(20.600)	(20.436)	(20.600)
Potencial crédito PIS e COFINS	4.170	4.067	4.170	4.067
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(1.890)	(1.906)	(1.890)	(1.906)
Total	26.920	25.527	26.920	25.527

• **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:** A Companhia não reconhece os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contrato inferiores a 12 meses	165	2.699	165	2.699
Ativos de menor valor	5	2.627	5	2.627
Pagamentos variáveis de arrendamentos	165	2.699	165	2.699

De acordo com as orientações do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. A Companhia divulga a seguinte informação sobre o passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesa de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa em termos nominais e fluxo real	5,29%	5,29%	5,29%	5,29%
Taxa e fluxo em termos nominais e fluxo real	23,87%	23,87%	23,87%	23,87%

Passivo de Leasing

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso líquido	23.866	32.786	23.667	35.068
Despesa Financeira	(2.774)	(3.522)	(2.580)	(3.669)
Despesa de Depreciação	(3.080)	(3.833)	(2.585)	(3.538)

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil. **Prática Contábil:** Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no contrato, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental de juros ou empréstimo da Companhia. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas à inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações são registrados como reduções das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente. Também será aplicado o CPC 01 - Resposta ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

15. **Imposto de Renda e Contribuição Social (15.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:** O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(293)	(21.761)	(224)	(21.063)
Diferido	122.061	(0)	122.085	-
Total	(171.232)	(21.761)	(102.139)	(21.063)

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(63.063)	141.100	(63.177)	140.396
Alíquota	21,44%	(47,974%)	21,44%	(47,753%)

IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal combinada

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	365	2.040	(10.327)	(4.773)
Prejuízo Fiscal sem imposto diferido constituído	(8.225)	9.620	(7.637)	9.317
Incentivos Fiscais	29	1.068	9	1.037

340 Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Metalgráfica Prada - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Metalgráfica Prada ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia Metalgráfica Prada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 4 da Declaração Explicativa nº 1 e 17 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que as operações de compra da Companhia estão substancialmente concentradas na aquisição de ações planas da sua controladora Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstrações contábeis consolidadas:** Conforme mencionado nas notas explicativas, 1 e 3, a Companhia adquiriu sua participação e passou a controlar a Metalgráfica Iguaçu S.A. durante o exercício de 2022, portanto, as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não eram aplicáveis. As demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 referem-se aos resultados da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 contemplam os resultados da Companhia somados aos resultados da controladora a partir da data de sua aquisição. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas informações internas que ela determina, como necessárias para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração tenha liquidado a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões sem imposto diferido constituído	(6.241)	5.080	(4.631)	3.136
Outras adições (excluídas) permanentes	291	(3.267)	964	(1.337)
Períodos Anteriores	(7.984)	11.672	(82)	12.448
Constituição de ativo fiscal diferido	121.768	(21.761)	121.861	(21.063)
Alíquota efetiva	193%	15%	193%	15%

Foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado a Companhia reconheceu em 2022 o montante R\$ 122.085 de ativo fiscal diferido, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL são apresentados pelo líquido quando refere-se a uma única jurisdição conforme o quadro abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em milhares de Reais				
2023	25.409	15.289	25.409	15.289
2024	8.851	8.851	8.851	8.851
2025	9.770	9.770	9.770	9.770
2026	10.676	10.676	10.676	10.676
2027	10.996	10.996	10.996	10.996
2028	10.676	10.676	10.676	10.676
2029	10.365	10.365	10.365	10.365
2030	10.676	10.676	10.676	10.676
2031	10.996	10.996	10.996	10.996
Total	122.085	122.085	122.085	122.085

Ativo diferido: O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre o renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente reconhecidos no resultado e menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diferidamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto corrente e a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios, que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento do ativo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas cuja prova provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ativo, de acordo com IAS 12/CP6 32 - Tributos sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos do imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

16. **Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas, Cíveis, e Depósitos Judiciais:** Estão sendo discutidas